



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

PAPEL DA PPSA, RECUPERAÇÃO COMO CUSTO EM ÓLEO E REGRAS DO CONSÓRCIO

18 de setembro de 2019 - Rio de Janeiro

NATUREZA JURÍDICA E ATRIBUIÇÕES BASILARES

- A Pré-Sal Petróleo S.A. (“PPSA”) é empresa pública federal, constituída sob a forma de sociedade anônima e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Sua criação foi autorizada pela Lei nº 12.304/2010 e efetuada pelo Decreto nº 8.063/2013.
- Sujeita-se ao regime próprio das empresas privadas e à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016).
- É executora de atividade econômica como representante da União (art. 2º da Lei nº 13.303/2016).
- Tem como atribuições basilares:
 - a) Gestão dos Contratos de Partilha de Produção (art. 2º Lei nº 12.304/2010);
 - b) Gestão dos contratos para a comercialização do Petróleo e do Gás Natural da União (art. 2º da Lei nº 12.304/2010); e
 - c) Representação da União nos Procedimentos de Individualização da Produção envolvendo Áreas não Contratadas internas ao polígono do Pré-Sal ou a Áreas Estratégicas (art. 36º da Lei nº 12.351/2010 e art. 4º, inciso IV, da Lei nº 12.304/2010).

PAPEL DA PPSA – PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

- **Gerir os Contratos de Partilha de Produção e constituir consórcio** com o Contratado, na qualidade de representante da União e na defesa de seus interesses.
- **Participar do Comitê Operacional dos consórcios dos Contratos de Partilha de Produção**, com direito a 50% dos votos, indicação de seu presidente, poder de veto e voto de qualidade.
- **Avaliar**, técnica e economicamente, **planos de exploração, de avaliação, de desenvolvimento e de produção** de Petróleo, de Gás Natural e de outros hidrocarbonetos fluidos **propostos pelo Operador** dos Contratos de Partilha de Produção, bem como monitorar e auditar a execução dos respectivos projetos.
- **Monitorar e auditar os custos e investimentos realizados** pelos Contratados sob regime de Partilha de Produção.
- **Representar a União nos procedimentos de individualização da produção** e nos acordos decorrentes, **nos casos em que as jazidas** da área do pré-sal e das áreas estratégicas **se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas** sob o regime de partilha de produção.
- **Comercializar o Petróleo e Gás Natural da União**, diretamente ou por meio de agentes comercializadores.

LIMITE DE RECUPERAÇÃO DE CUSTO EM ÓLEO

- A minuta do Contrato de Partilha de Produção da 6ª Rodada de Licitações prevê, em sua Cláusula Quinta, que a apropriação da parcela da produção correspondente ao Custo em Óleo observará limite estabelecido no Anexo XII - Limite de Recuperação de Custo em Óleo e Percentuais de Partilha do Excedente em Óleo.

“Da Recuperação como Custo em Óleo

5.3. Os gastos a serem recuperados como Custo em Óleo serão registrados em conta própria, denominada conta Custo em Óleo.

5.4. Durante a Fase de Produção, o Contratado, a cada mês, apropriar-se-á da parcela da Produção correspondente ao Custo em Óleo, respeitado o limite do Valor Bruto da Produção definido no Anexo XII.

5.4.1. Os custos que ultrapassarem os limites definidos e não forem recuperados como Custo em Óleo em determinado ano civil serão acumulados para apropriação nos anos subsequentes.

5.4.2. Os gastos reconhecidos como Custo em Óleo serão anualmente atualizados preferencialmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice que melhor reflita os gastos do setor, a critério da Gestora, sendo vedada a remuneração de capital.” (grifo nosso).

- Nesse sentido, apesar do Anexo XII da minuta disponibilizada não prever, o **Edital da 6ª Rodada de Licitações indica que o referido limite será de “80% (oitenta por cento) do valor bruto da produção em cada um dos blocos ofertados”**.

INOVAÇÕES CONTRATUAIS

Implicações para o Reconhecimento de Gastos como Custo em Óleo

Etapa de aprovações

Etapa de reconhecimento

Work Program
& Budget

Estratégia de
Contratação

Contratação

Realização dos
Gastos

Reconhecimento
como
Custo em Óleo

Fase Recursal

Auditoria do
Custo em Óleo

Implicações para o Reconhecimento de Gastos como Custo em Óleo

**Reconhecimento como
Custo em Óleo**

Auditoria do Custo em Óleo

- Nesta Etapa, era permitido à PPSA a glosa a qualquer tempo de gastos já reconhecidos nos termos dos subitens 4.5.2 e 4.5.3.

“4.5. A qualquer tempo a Gestora poderá solicitar informações adicionais de gastos já reconhecidos como Custo em Óleo.

4.5.1. O Operador disporá de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da solicitação para prestar os esclarecimentos devidos.

***4.5.2. A não prestação dos esclarecimentos solicitados no prazo implicará o estorno dos gastos anteriormente reconhecidos** como Custo em Óleo.*

***4.5.3. A não concordância da Gestora com os esclarecimentos prestados implicará o estorno dos gastos anteriormente reconhecidos** como Custo em Óleo.” (grifo nosso).*

- Sendo assim, com a referida exclusão, tal situação passa a não ser mais possível.

INOVAÇÕES CONTRATUAIS

Implicações para o Reconhecimento de Gastos como Custo em Óleo

SEÇÃO IV - DA SISTEMATIZAÇÃO DO CUSTO EM ÓLEO (ANEXO VII)

Redação do CPP da 6ª Rodada de Licitação

~~4.5. A qualquer tempo a Gestora poderá solicitar informações adicionais de gastos já reconhecidos como Custo em Óleo.~~

~~4.5.1. O Operador disporá de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da solicitação para prestar os esclarecimentos devidos.~~

~~4.5.2. A não prestação dos esclarecimentos solicitados no prazo implicará o estorno dos gastos anteriormente reconhecidos como Custo em Óleo.~~

~~4.5.3. A não concordância da Gestora com os esclarecimentos prestados implicará o estorno dos gastos anteriormente reconhecidos como Custo em Óleo.~~

- A exclusão do antigo item 4.5 do Anexo VII e seus subitens foi fruto de **contribuição apresentada no período de Consulta Pública.**
- Com essa modificação realizada pela ANP, buscou-se ampliar a segurança jurídica dos Contratados em relação aos gastos já reconhecidos pela PPSA.

INOVAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações Relevantes para Pré-Sal Petróleo S.A.

Abastecimento do Mercado Nacional

<i>Redação do CPP da 5ª Rodada de Licitação</i>	<i>Redação do CPP da 6ª Rodada de Licitação</i>
<p>17.7. Em situações de emergência que possam colocar em risco o abastecimento nacional de Petróleo e de Gás Natural, bem como de seus derivados, a ANP poderá determinar ao Contratado que limite suas exportações destes hidrocarbonetos.</p> <p>(...)</p>	<p>17.7. Em situações de emergência que possam colocar em risco o abastecimento nacional de Petróleo e Gás Natural, bem como de seus derivados, <u>a ANP poderá determinar ao Contratado que limite suas exportações destes hidrocarbonetos.</u></p> <p>(...)</p> <p><u>17.7.5. O limite para a exportação de hidrocarbonetos pelo Contratado será aplicado igualmente à participação da União no Excedente em Óleo.</u></p>

- O item 17.7.5 é **advindo de contribuição apresentada no período de Consulta Pública**, com a justificativa de que: “visa assegurar que os limites à exportação de hidrocarbonetos sejam igualmente aplicados às participações da União e e do Contratado no excedente em óleo”; e foi incluído pela ANP com redação ajustada.

INOVAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações Relevantes para Pré-Sal Petróleo S.A.

SEÇÃO III - DO CÁLCULO DO CUSTO EM ÓLEO (ANEXO VII)

Redação do CPP da 5ª Rodada de Licitação

Aluguéis, Afretamentos e Arrendamentos

3.7. São recuperáveis como Custo em Óleo os gastos com aluguéis, afretamentos e arrendamentos, exclusivamente durante o período em que o bem ou o direito for efetivamente utilizado nas Operações.

Redação do CPP da 6ª Rodada de Licitação

Aluguéis, Afretamentos e Arrendamentos

3.7. São recuperáveis como Custo em Óleo os gastos com aluguéis, afretamentos e arrendamentos, exclusivamente durante o período em que o bem ou o direito **estiver à serviço ou à disposição para as** Operações, **incluindo custos e despesas de mobilização e desmobilização.**

- A alteração do item 3.7 do Anexo VII é **advinda de contribuição apresentada no período de Consulta Pública**, com a justificativa de que: *“todos os custos relativos aos aluguéis, afretamentos e arrendamentos, sejam recuperáveis, aí incluídos os custos de mobilização, desmobilização e tempo que os equipamentos estiverem disponíveis para o projeto.”*

INOVAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações Relevantes para Pré-Sal Petróleo S.A.

Procedimento Extraordinário – Fornecedor Exclusivo (ANEXO XI)

<i>Redação do CPP da 5ª Rodada de Licitação</i>	<i>Redação do CPP da 6ª Rodada de Licitação</i>
3.31. São procedimentos extraordinários de contratação de bens e serviços necessários às Operações a adesão a contratos de fornecimento de bens e serviços previamente celebrados pelos Contratados ou por Consórcios de que eles participem e a compra de bens do estoque dos Contratados ou de Consórcios de que eles participem.	3.31. São procedimentos extraordinários de contratação de bens e serviços necessários às Operações: a) adesão a contratos de fornecimento de bens e serviços previamente celebrados pelos Contratados ou por Consórcios de que eles participem; b) compra de bens do estoque dos Contratados ou de Consórcios de que eles participem; e c) <u>com fornecedor exclusivo.</u>

- **A positivação realizada pela ANP** quanto à existência de situações de **fornecimento exclusivo de bens e serviços no CPP** visa clarificar e conferir segurança jurídica aos Contratados quanto ao tratamento que deve ser dado à referida hipótese no caso concreto.
- A previsão de hipótese de fornecedor exclusivo para bem ou serviço se coaduna com os **casos de inexigibilidade de licitação previstos pela Lei nº 13.303/2016.**

INOVAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações Relevantes para Pré-Sal Petróleo S.A.

Procedimento Extraordinário – Fornecedor Exclusivo (ANEXO XI)

Redação do CPP da 6ª Rodada de Licitação

3.31. São procedimentos extraordinários de contratação de bens e serviços necessários às Operações:

(...)

c) com fornecedor exclusivo.

(...)

3.31.1.1. O procedimento extraordinário previsto na alínea “c” do parágrafo 3.31 somente será submetido à comprovação da competitividade dos preços praticados.

(...)

3.31.4. Na hipótese de contratação através de adesão a contratos, o Operador poderá apresentar apenas a parte dos contratos relativas às operações objeto deste Contrato, omitindo as informações relativas aos outros projetos.

- Com a inclusão da hipótese de **fornecedor exclusivo**, fez-se necessário clarificar que, nesse caso de procedimento extraordinário, é **desnecessária a comprovação da impossibilidade de adoção dos procedimentos ordinários.**
- A inclusão do item 3.31.4 do Anexo XI é fruto de **contribuição apresentada no período de Consulta Pública**. Contudo, somente se justifica na hipótese de adesão a contratos preexistentes, e por isso foi incluído com ajustes na redação.
- **Em sua justificativa, a Petrobras** destacou que: *“a possibilidade de o operador retirar as informações sobre outros projetos quando adotado o procedimento extraordinário, pois é importante assegurar a confidencialidade das informações”.*

INOVAÇÕES CONTRATUAIS

Alterações Relevantes para Pré-Sal Petróleo S.A.

Celebração de Aditivos (ANEXO XI)

Redação do CPP da 6ª Rodada de Licitação

3.34. A celebração de aditivos contratuais segue o procedimento previsto para as contratações originais.

3.34.1. Não obstante, caso o aditivo importe um aumento igual ou inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato, é dispensada a prévia aprovação do Comitê Operacional para a sua celebração, quando originalmente requerida.

3.35. Quando a soma do valor original do contrato com o valor aditado importe a modificação do procedimento de contratação, aplica-se o procedimento previsto para a contratação que corresponda ao somatório do valor.

- A previsão contratual acerca da celebração de aditivos constitui **aprimoramento** das regras de contratação nos consórcios **promovido pela ANP** para mitigar dúvidas jurídicas dos Contratados.
- Por sua vez, a inclusão do item 3.34.1 do Anexo XI é decorrente de **contribuição apresentada no período de Consulta Pública, sob a justificativa de que era necessário: “apenas para tornar claro que os aditivos inferiores a 25% não demandam aprovação no Comitê Operacional”**.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis